



**ACÓRDÃO Nº430/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11712/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Câmara Municipal de Envira.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Raimundo Lira de Castro (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Jocione dos Santos Souza Júnior - OAB/AM 8.538.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAMI e DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2298/2019-DMP, do Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Câmara Municipal de Envira. Exercício de 2017.

*Regularidade com ressalvas. Multa. Determinação. Notificação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída Art. 11, III, alínea "a", item 2, da resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas Anual da Câmara Municipal de Envira, referente ao exercício financeiro de 2017, de responsabilidade do Gestor, ordenador de despesa **Sr. Raimundo Lira de Castro**, conforme o art. 22, inciso II, c/c art. 24, da Lei nº 2.423/96-LO/TCE, considerando as ocorrências das restrições sobreditas e não sanadas desta instrução;
- 10.2. **Aplicar Multa** ao **Sr. Raimundo Lira de Castro** no valor de **R\$ 2.000,00** (dois mil reais), com fulcro no artigo 53, parágrafo único, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, VII, Resolução nº 04/2002 TCE/AM, face do disposto nos itens 19-21; 38-40, do Voto. O valor deverá ser recolhido no prazo de 30 dias para o Cofre Estadual através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.  
Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo



Estado do Amazonas  
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

**ACÓRDÃO Nº430/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo;

**10.3. Determinar à origem:**

**10.3.1.** Que cumpra o art. 54 e art. 63, da LRF;

**10.3.2.** Que cumpra o art. 1º, II, da Lei Federal nº 9.717/98; arts. 13, I e III, §2º, e 19 da Lei Municipal nº 240/2010, resultando no pagamento tempestivo das contribuições;

**10.3.3.** Que cumpra o disposto no art. 39, §3º da C/F; art. 1º, II e III, Lei Federal nº 9.717/98; art. 4º, §1º, VIII e XI, e §2º da Lei Federal nº 10.887/2004; art. 4º Portaria MPS nº 402/2008; art. 29, ON MPS nº 02/2009; arts. 17, VIII e X, e 20, Lei Municipal nº 240/2010; art. 98, Lei Municipal nº 080/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Envira);

**10.3.4.** Que cumpra os artigos 48, §1º, II e 48-A da LRF.

**10.4. Determinar à próxima Comissão de Inspeção do TCE/AM que acrescente no Plano de Auditoria as matérias trazidas como DETERMINAÇÃO à origem, para no caso de reincidência aplicar-se o disposto no art. 54, IV, da Lei nº 2.423/96 c/c art. 308, IV, “b”, da Resolução nº 04/2002 TCE/AM;**

**10.5. Notificar o Sr. Raimundo Lira de Castro com cópia do Relatório/Voto, e o Acórdão para ciência do decisório e, para querendo, apresentar o devido recurso.**

**11- Ata:** 16ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 28 de Maio de 2019.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mario Manoel Coelho de Mello.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. Evanildo Santana Bragança, Procurador-Geral, em substituição.

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**

Conselheira-Presidente

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**

Conselheiro Relator

**EVANILDO SANTANA BRAGANÇA**

Procurador-Geral, em substituição